

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Esse episódio demonstra por que a checagem de fatos nas redes sociais é importante

Varejo brasileiro perde fôlego mesmo com Black Friday

Os novos dados do varejo brasileiro não deixam dúvidas: a economia do país perdeu fôlego. Em novembro, as vendas do comércio caíram 0,4% em relação a outubro — e isso apesar da Black Friday, evento marcado por promoções agressivas e considerado um impulsionador do consumo. Os números divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) vieram piores do que as previsões, que apontavam para um avanço de 0,2%. Para analistas, o cenário de juros elevados reforça a tendência de desaceleração econômica ao longo de 2025.

No X, conteúdo sem moderação afastou anunciantes

Ao imitar o X de Elon Musk e eliminar a moderação de conteúdo em suas redes sociais, Mark Zuckerberg, dono da Meta, desprezou os riscos financeiros da iniciativa. No X, o modelo “vale-tudo” afastou anunciantes, que evitam associar suas marcas a conteúdos nocivos. Será diferente no Facebook e no Instagram, que pertencem a Zuckerberg? Não custa lembrar: desde que Musk comprou o antigo Twitter, em outubro de 2022, a empresa perdeu usuários, acumulou prejuízos e viu seu valor de mercado encolher.

Fake news sobre o Pix mostram a importância da checagem nas redes sociais

As redes sociais foram inundadas nos últimos dias por notícias fantasiosas sobre o Pix. Uma delas diz que o governo passará a cobrar imposto da modalidade de pagamento, mas isso não é verdade. Conforme informou a Receita Federal, não haverá aumento de tributação, apenas a ampliação do monitoramento das movimentações financeiras. Outra mentira espalhada de maneira irresponsável pelas plataformas afirma que as pessoas físicas que receberem um Pix acima de R\$ 5 mil serão automaticamente taxadas no imposto de renda. Trata-se de mais uma informação inverídica. São apenas alguns exemplos de peças de ficção que, de tão repetidas nas mídias sociais, acabam soando como verdadeiras para milhões de pessoas, levando-as a replicar algo que é falso. Esse episódio demonstra por que a checagem de fatos nas redes sociais é importante. Ela existe justamente para evitar que absurdos como esses se propaguem.



arte

Fenômeno do tênis, João Fonseca fatura com patrocínios

Candidato a estrela do tênis mundial, o brasileiro João Fonseca, que estreia amanhã na chave principal do Australian Open, já fatura alto com patrocínios. Ele contabiliza ao menos cinco apoiadores. São marcas como On Running (de produtos esportivos), Rolex (fabricante de relógios), XP (empresa financeira), JF Living (construtora) e Yonex Tennis (fabricante de raquetes). A On Running tem entre os sócios Roger Federer, o lendário tenista suíço.

Divulgação



Se o cenário econômico global se deteriorar, aumenta o risco de que o Brasil entre em uma nova recessão, o que abalaria a política às vésperas de uma eleição acirrada em 2026"

Trecho de relatório da consultoria Eurasia distribuído a clientes

RAPIDINHAS

» A grife de roupas Reserva, que pertence ao grupo Arezzo&Co, fechou um contrato com o São Paulo Futebol Clube para o lançamento de uma coleção inspirada na história do time. As peças trazem referências à instituição, como a silhueta do estádio Morumbi. De acordo com a Reserva, as roupas chegarão ao mercado em fevereiro.

» As exportações do agronegócio brasileiro caíram 1,3% em 2024, para um total de US\$ 164,4 bilhões, conforme dados divulgados pelo Ministério da Agricultura. Para analistas do setor, o recuo é resultado principalmente do mau desempenho de vendas de soja e milho, impactadas pela safra menor e preços internacionais em queda.

» A empresa de mobilidade Uber lançou uma iniciativa inédita no Brasil: os ônibus fretados. Chamada de Uber Shuttle, a modalidade permite aos usuários reservar um assento no veículo pelo aplicativo. Por enquanto, o serviço estará disponível apenas entre as cidades de Guarulhos e São Paulo, mas a meta é expandi-lo para outros municípios.

» Desde 2016, quando começou a operar, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte pagou R\$ 1,2 bilhão em royalties ao governo federal, ao estado do Pará e aos municípios que tiveram seu território alagado para a construção do empreendimento. Os royalties equivalem a 7% dos ganhos mensais da empresa com a venda de energia.

5%

é quanto deverá crescer as vendas de veículos no Brasil neste ano. A projeção é da Fenabrave, associação que representa os concessionários do país.

PACTO FEDERATIVO

Propag terá vetos, diz Haddad

Projeto de lei do programa que repactua as dívidas dos estados com a União deverá ser sancionado na próxima semana

» RAPHAEL PATI

Raphael Pati/CB/D.A Press

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que levou ao presidente, junto com outros ministros, a sugestão de vetar medidas que causariam impacto no resultado primário das contas da União com a sanção do Projeto de Lei Complementar (PLP) 121/24, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag).

A nova regra deve ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) até a semana que vem. Segundo Haddad, o chefe do Executivo deve vetar os pontos apresentados pela equipe econômica. “Tudo que tem impacto primário vai ser vetado, porque era um acordo preliminar com o Congresso Nacional. O Congresso queria fazer a repactuação, foi uma iniciativa dos parlamentares, mas o pressuposto da Fazenda era esse”, disse.

Haddad preferiu não antecipar quais seriam as medidas vetadas e disse que o presidente deve sancionar o projeto apenas na próxima segunda-feira, que é o prazo final para decidir sobre o tema. “Ele (Lula) vai usar o tempo que tem para ponderar (os argumentos) e, talvez, conversar com outros parlamentares, para tomar uma decisão na segunda-feira.”

O projeto de lei que institui o Propag foi aprovado pelas duas Casas do Legislativo, em dezembro de 2024, e tem autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. O PLP 121/24 prevê medidas para repactuar o endividamento bilionário de estados por meio de condições mais atrativas de refinanciamento, com prazos maiores e taxas de juros reduzidas.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sugeriu vetos ao presidente da República à proposta do Propag

De acordo com o texto, os estados devem aderir ao programa até 31 de dezembro de 2025. O saldo devedor poderá ser pago em até 30 anos e será permitido optar pelo pagamento de entrada para reduzir os juros reais, com correção monetária baseada no IPCA e taxa adicional de 2% ao ano. Estados que devem se beneficiar com a nova lei, como Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, terão de investir em áreas estratégicas, como saúde e educação.

Em relação ao impacto financeiro estimado com o programa, Haddad afirmou que isso ainda

deve ser publicado e reforçou que Lula foi informado sobre as diferenças entre o que foi aprovado no Congresso e as propostas elaboradas pela Fazenda. “Ele está a par dessas diferenças. O que nós estamos levando à consideração do presidente é que tudo que tem impacto primário seja alertado e há alguns itens que têm impacto primário. Tem também o impacto sobre as finanças estaduais e as finanças federais”, disse.

Ainda em relação ao impacto, desta vez nos cofres municipais e estaduais, o ministro ressaltou que deve haver mudanças, em

breve, na distribuição de recursos para os entes da federação, e citou a reforma tributária e o PLP 121, como uma espécie de chave de virada para discutir sobre o tema. “Nós estamos levando tudo isso em consideração, mas a reforma tributária vai trazer a médio e longo prazo a renegociação da dívida, também, e isso acaba também se refletindo naquilo que a União pode assumir, naquilo que estados e municípios vão assumir, à luz dessa repartição”, comentou.

Questionado se o presidente vai vetar a possibilidade de uso do Fundo Nacional de

Desenvolvimento Regional (FN-DR), criado pela reforma tributária, para os estados abaterem parte da dívida, Haddad respondeu que a equipe econômica levou ao presidente uma série de pontos que não devem ser sancionados. Segundo ele, a nova repactuação da dívida dos estados com a União e a reforma tributária devem resultar em um novo momento de responsabilidade federativa. “A partir do momento em que vamos refazendo as contas sobre responsabilidade federativa, vai ter de haver uma redistribuição também do protagonismo de cada ente federado em relação às suas próprias finanças”, afirmou.

Jabutis

O ministro ainda comentou sobre a inclusão de “jabutis” (emendas alheias ao tema central) no projeto de lei que regulamenta a atividade de eólicas offshore (em alto-mar). Ele reforçou o posicionamento de outras pastas e disse que as medidas podem prejudicar a saúde financeira das classes menos favorecidas. “Todos os ministérios que se manifestaram foram unânimes em relação a isso, inclusive, porque há um grave prejuízo à economia popular. Então, há um problema efetivo de que a conta de luz das pessoas mais pobres é afetada por essa decisão”, disse Haddad.

Ao todo, foram incluídos sete jabutis, entre eles, uma medida que prevê a contratação de térmicas a gás de forma compulsória em regiões do país que não têm abastecimento do produto e a contratação compulsória de energia gerada por pequenas

centrais hidrelétricas (PCHs). Na semana passada, um grupo de 12 associações e entidades do setor elétrico divulgou uma carta aberta ao presidente Lula pedindo veto a essas emendas, alegando que ela pode impactar em um custo anual de cerca de R\$ 22 bilhões e aumento de 9% no preço final da energia.

Incertezas com Trump

Haddad ainda recomendou cautela em relação às declarações que vêm sendo dadas pelo presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, e ponderou que ainda há incertezas sobre como será conduzida a nova gestão do republicano.

Em conversa com jornalistas, ontem, o ministro foi questionado sobre a declaração de Trump em que ameaçou tarifar em 100% os países do Brics, caso o bloco avance nas discussões para criar uma moeda única ou apoiar outra para substituir o dólar. O Brasil está com a presidência do grupo originalmente criado com Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, neste ano.

“O presidente Trump vai tomar posse, vai começar a tomar medidas efetivas. Nós só vamos nos colocar quando as decisões forem efetivamente tomadas. Senão fica muito difícil nós reagirmos a cada declaração pública de um secretário, de um ministro, do próprio presidente. Há uma certa incerteza em relação ao que efetivamente vai ser feito. Preocupa sempre, mas vamos ter cautela também para saber efetivamente o que vai acontecer”, pontuou. (Com informações da Agência Estado)